



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefone (35) 3525-1522 – CNPJ 17.894.064/0001-86  
CEP: 37 910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

## DECRETO EXECUTIVO N.º 169/2025, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DEFINITIVO DA CAPELA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, “CAPELA DO ITAJUÍ”, SITUADA NA ZONA RURAL DE DELFINÓPOLIS/MG, NO VALE DA GURITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PEDRO PAULO PINTO**, Prefeito do Município de Delfinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** que a “CAPELA DO ITAJUÍ”, constitui bem de reconhecido valor histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico, conforme laudo técnico elaborado;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal Lei Municipal nº 1.719/2005, que institui a Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, bem como o procedimento administrativo de tombamento;

**CONSIDERANDO** a deliberação favorável do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAC, em sessão realizada em 22/10/2025, opinando pelo tombamento definitivo do bem;

**CONSIDERANDO** que o tombamento visa assegurar a preservação do patrimônio cultural municipal, garantido pela Constituição Federal em seu art. 216 e pelas normas infraconstitucionais aplicáveis;

## **D E C R E T A**

**Art. 1.º** - Fica homologado o Tombamento Definitivo da “CAPELA DO ITAJUÍ”, sujeito às proteções estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.719/2005, conforme decisão do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Delfinópolis, tomada em sua 5ª (quinta) reunião, no dia 22 de outubro de 2025.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS**

**Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefone (35) 3525-1522 – CNPJ 17.894.064/0001-86  
CEP: 37 910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais**

**Art. 2.º** - Sem prévia autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de cinquenta por cento do valor da obra, conforme artigo 12 da Lei Municipal nº 1.719/2005.

**Art. 3.º** - Qualquer intervenção, reforma, restauração, ampliação, demolição ou alteração no referido bem somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município, observadas as diretrizes técnicas e legais aplicáveis.

**Art. 4.º** - O proprietário do imóvel deverá assegurar a devida conservação e manutenção do bem tombado, podendo solicitar auxílio técnico do Município quando necessário, sem prejuízo das responsabilidades legais previstas na legislação do patrimônio histórico.

**Art. 5.º** - Este Decreto deverá ser inscrito no Livro de Tombo Municipal e promovido o competente registro no Cartório de Registro de Imóveis, para fins de publicidade e oponibilidade a terceiros, conforme legislação pertinente.

**Art. 6.º** - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura adotará todas as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

**Prefeitura Municipal de Delfinópolis, 08 de dezembro de 2025.**

  
**PEDRO PAULO PINTO**  
**Prefeito de Delfinópolis**